

# “CRISE DA MASCULINIDADE”: RETÓRICAS DA OFENSIVA ANTIGÊNERO E O ANTIFEMINISMO DE ESTADO

*Frederico Assis Cardoso\**

*Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais*

<https://orcid.org/0000-0003-2704-3652>

*Marina Alves Amorim\*\**

*Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho/Fundação João Pinheiro*

<https://orcid.org/0000-0002-3893-8200>

*Juliana Albuquerque Sulz\*\*\**

*Universidade Federal de Minas Gerais*

<https://orcid.org/0000-0001-6371-4981>

## RESUMO

Análise do discurso da “crise da masculinidade” e as maneiras como ele tem se sustentado por explicações amparadas em argumentos como a “feminização da sociedade” e a escassez de sólidos modelos masculinos. As questões centrais do trabalho partem dos referenciais teóricos dos estudos de gênero, com destaque para os estudos sobre masculinidades, e a teorização geral do feminismo. Para tanto, faz uso de conceitos como gênero, masculinidades, feminismos e antifeminismo de Estado. O principal objetivo foi buscar compreender o fenômeno da retórica da ofensiva antigênero no cenário político brasileiro atual. A estrutura do texto foi construída na forma de uma ênfase teórico-analítica orientada por uma abordagem, tanto intersubjetiva, como macrossociológica, dos fenômenos sociais investigados. O argumento central é o de que é preciso resistir aos (e superar os) agrupamentos conservadoristas responsáveis pelas constantes tentativas de efetivação do antifeminismo de Estado.

**Palavras-chave:** Estudos de Gênero; Crise da Masculinidade; Ofensiva Antigênero; Antifeminismo de Estado.

\* Bacharel Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), mestre e doutor em Educação (FaE/UFMG). Docente lotado no Departamento de Ciências Aplicadas à Educação (DECAE/FaE/UFMG). E-mail: [fredasc@ufmg.br](mailto:fredasc@ufmg.br)

\*\* Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FaFiCH/UFMG), mestra em Educação pela Faculdade de Educação (FaE/UFMG), doutora em História (FaFiCH/UFMG) e doutora em Letras pela Université Rennes 2/Université dHaute Bretagne (UHB/Rennes, França). Pesquisadora em Ciência e Tecnologia na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP-MG). Coordenadora do grupo de pesquisa Estado, Gênero e Diversidade (EGEDI/FJP-MG). E-mail: [marina.amorim@fjp.mg.gov.br](mailto:marina.amorim@fjp.mg.gov.br)

\*\*\* Licenciada em Pedagogia pelo Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (DPE/UFV), mestra em Educação e Docência pelo Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Promestre/FaE/UFMG), doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE/FaE/UFMG). E-mail: [julianaasulz@gmail.com](mailto:julianaasulz@gmail.com)

## ABSTRACT

### “MASCULINITY CRISIS”: RHETORIC OF THE ANTI-GENDER OFFENSIVE AND STATE ANTIFEMINISM

Analysis of the discourse of the “crisis of masculinity” and the ways in which it has been sustained through explanations supported by arguments such as the “feminization of society” and the scarcity of solid male role models. The central issues of this work stem from the theoretical frameworks of gender studies, with a particular focus on studies on masculinities, and the broader theorization of feminism. Therefore, it employs concepts such as gender, masculinities, feminisms, and state antifeminism. The main objective was to seek an understanding of the phenomenon of the rhetoric of the anti-gender offensive in the current Brazilian political scenario. The structure of the text was built in the form of a theoretical-analytical approach guided by an emphasis on both intersubjective and macrosociological understanding of the investigated social phenomena. The central argument is that it is necessary to resist (and overcome) conservative groups responsible for the constant attempts to perpetuate state antifeminism.

**Keywords:** Gender Studies; Crisis of Masculinity; Anti-Gender Offensive; State Antifeminism.

## RESUMEN

### “CRISIS DE LA MASCULINIDAD”: LA RETÓRICA DE LA OFENSIVA ANTI-GÉNERO Y EL ANTIFEMINISMO ESTATAL

Análisis del discurso de la “crisis de la masculinidad” y las formas en que se ha sostenido a través de explicaciones respaldadas por argumentos como la “feminización de la sociedad” y la escasez de sólidos modelos masculinos. Los temas centrales de este trabajo se derivan de los marcos teóricos de los estudios de género, con un enfoque particular en los estudios sobre masculinidades y la teorización más amplia del feminismo. Por lo tanto, emplea conceptos como género, masculinidades, feminismos y antifeminismo estatal. El objetivo principal fue buscar comprender el fenómeno de la retórica de la ofensiva antigénero en el actual escenario político brasileño. La estructura del texto se construyó en forma de un enfoque teórico-analítico orientado por un énfasis en la comprensión intersubjetiva y macrosociológica de los fenómenos sociales investigados. El argumento central es que es necesario resistir (y superar) a los grupos conservadores responsables de los constantes intentos de perpetuar el antifeminismo estatal.

**Palabras clave:** Estudios de Género; Crisis de la Masculinidad; Ofensiva Antigénero; Antifeminismo Estatal.

## Introdução<sup>1</sup>

Há pelo menos cinco décadas os homens brasileiros são marcados por anúncios sobre uma “crise da masculinidade”, discurso de tal modo circulante que se tornou clichê, lugar-comum na contemporaneidade. No bojo dessa “crise” estariam as diversas mudanças no comportamento masculino, as transformações em seus papéis sociais e, com elas, a compreensão do surgimento de um “novo homem”. Entretanto, se verdadeira, a denominada crise da masculinidade tem sido sustentada por explicações amparadas em argumentos como a feminização da sociedade e a escassez de sólidos modelos masculinos. Explicações responsáveis por destinar aos homens lugares subalternos nas relações sociais de poder, privilégio e prestígio, invertendo uma lógica que, durante muito tempo, sustentou a métrica das desigualdades entre homens e mulheres. Isso significa que um modelo de masculinidade, um tipo idealizado de homem, estaria em declínio e, mesmo, em extinção. Um modelo de homem que estaria em apuros.

Os indícios da propalada crise seriam facilmente identificados, segundo os argumentos masculinos: fracasso escolar de meninos, desemprego masculino, dificuldade imposta na sedução de mulheres (quando qualquer abordagem poderia ser enquadrada como assédio), violência conjugal de mulheres contra homens, alienação parental materna, índices de suicídios cometidos em função da rejeição e do abandono de suas parceiras (DUPUIS-DÉRI, 2022). Analisada com prudência, a noção de uma crise da masculinidade precisa ser problematizada, uma vez que ela pode mascarar a realidade levando à compreensão de que “todos os homens estariam em crise”, ou que todos teriam a mesma sensação de “identidade universal masculina”, ora em ruínas.

Afinal, estariam de fato os homens viven-

ciando uma crise? Ou eles apenas produziriam discursos a seu respeito? Por um lado, existindo, a crise seria apenas uma questão de percepção particular e efêmera, ou um atributo de realidade social, material e objetiva? Por outro, inexistindo, em que medida e como o seu discurso estaria atrelado à uma ofensiva antigênero? Responder essas e outras questões é o maior desafio deste artigo, que parte dos referenciais teóricos dos estudos de gênero, com destaque para os estudos sobre masculinidades, e da teorização mais geral do feminismo, para a leitura e a compreensão do cenário político brasileiro atual e a sua relação com o fenômeno da retórica antigênero.

Para capturar a variedade de compreensões que invocam o conceito de gênero, a estrutura do texto foi construída na forma de uma abordagem teórico-analítica, entre tantas outras possíveis, orientada por uma abordagem tanto intersubjetiva como macrosociológica. Um exercício de uma sociologia mais reflexiva, que faz uso do que pode ser caracterizado como uma “imaginação sociológica”, nos termos de Mills (1969) para, como ação reflexiva, compreender os cenários políticos e culturais do Brasil após a ascensão da ultradireita no país na eleição de presidencial de 2018. Um movimento científico que considera que:

Diante das transformações contemporâneas das sociedades ocidentais, metáforas, imagens e novos conceitos floresceram na linguagem sociológica para tentar descrever a natureza do mundo em que vivemos e como ele se difere do que conhecemos até agora (MOLÉNAT, 2009, p. 172, *tradução nossa*).

Obviamente, o registro de uma primeira cautela é necessário: não é porque, talvez, trate-se de um discurso, que a tese sobre a crise da masculinidade não tenha relativo efeito sobre a realidade. Um discurso de crise pode parecer crível, ainda que inexistentem desordens de fato e mesmo que um sistema generificante não esteja verdadeiramente ameaçado ou desestabilizado.

<sup>1</sup> O artigo, redigido na forma do tipo ensaio acadêmico, dispensa originalmente a apresentação de procedimentos éticos.

Artigo revisado por: Cláudia Maria Rajão

## Ser macho no Brasil: crise, ou discurso de crise?

Ao considerar o panorama em que os discursos sobre uma crise da masculinidade circulam, é possível perceber que uma gama de recursos simbólicos e bastante representativos têm, gradativamente, ganhado contornos em espaços produzidos pela academia, pela literatura, pela mídia e pelas redes sociais virtuais de relacionamentos. Isso significa que o debate sobre a masculinidade povoa diversas esferas do cotidiano da vida social: das conversas informais às instituições e aos relacionamentos afetivos. Apenas a título de exemplo, a Revista Veja, há cerca de 20 anos, anunciava, em três manchetes diferentes, que o homem seria o super-herói fragilizado, aquele de quem se esperaria a construção de um novo papel. Tratam-se das seguintes chamadas de capa: “Homem: o super-herói fragilizado” (REVISTA VEJA, 2001); “O novo homem: ele desenvolveu a sensibilidade, interessa-se pelos filhos, assume e exhibe emoções, preocupa-se com a aparência, aprecia culinária e apurou seu senso estético. É forte, mas tem estilo. Está nascendo o macho do século 21” (REVISTA VEJA, 2003); e “Homem: o homem em seu novo papel” (REVISTA VEJA, 2004). Igualmente, também a Revista Cult, provavelmente destinada a outro público, diverso daquele a quem a Revista Veja elege como interlocutor, em edição de 2019, produziu o dossiê “Cartografias da masculinidade”, cuja chamada problematizava, em sua capa, aspectos como “os fantasmas do mito viril, o colapso da lógica identitária, os destinos do masculino e as maneiras plurais de ser homem” (CULT, 2019).

Na contemporaneidade, também as redes sociais se apresentam como um grande acervo de produções de perfis sobre o tema. Entre *hashtags*, anúncios de produtos e serviços, postagens patrocinadas, *podcasts*, *lives*, *likes*, *status*, *stories*, diversos aspectos reúnem e atraem os homens para falarem sobre suas experiências culturais e sociais de masculinidades e consumirem aquelas de seus pares.

Aparentemente, não de forma isolada, grupos, páginas e perfis parecem gravitar em torno de um objetivo bastante particular de propagar ou de defender um determinado (e determinante) tipo de ser macho no Brasil. Os recursos parecem funcionar como uma representação masculina de nosso tempo que merece (e precisa) ser lida criticamente. Ao produzir conteúdo, gerar engajamentos e monetizar por acessos ou *likes*, o tema da masculinidade inaugura um canal comunicativo nas redes sem precedentes históricos, ainda que seu alcance não conteste necessariamente a arena da dominação masculina no interior das dinâmicas sociais generificantes.

O ineditismo desse cenário é a crescente proliferação de conteúdos específicos sobre os e destinados aos homens. Uma rápida consulta, no buscador da empresa Google (GOOGLE, 2023), apresenta mais de 271 mil ocorrências de páginas no idioma português dedicadas à expressão “crise da masculinidade”. Os números impressionam pela diversificação dos materiais disponíveis, que variam da divulgação científica, aos cursos sobre como os homens deveriam se portar (verdadeiros *coaching* de masculinidade) e suas convocações discursivas ao consumo de novas tendências. O conteúdo, variado, pode ser acessado por arquivos em diversos suportes audiovisuais ou em formato de imagens e textos.

Somados a outros idiomas, os conteúdos e as produções encontradas na internet alcançam bilhões de visualizações. Em alguns desses canais de comunicação, conduzidos por homens, o objetivo principal parece ser alertar outros homens das supostas opressões experimentadas na sociedade por conta dos movimentos feministas. Esse movimento masculino nas comunidades virtuais, que cada vez mais ganha espaço na cultura de mídia, sugere a leitura de inversão das desigualdades nas relações de gênero. Recentemente, por exemplo, o país se deparou com discussões em fóruns da internet sobre os *red pill*, termo utilizado para designar um homem isolado e livre. Os conteúdos

produziam a imagem do homem vinculada à força, à violência contra outros homens e a situações de humilhação e brutalidade contra as mulheres. Um caso nacional específico ganhou notoriedade nas redes virtuais, protagonizado por um *digital influencer* que oferece cursos, mentorias e palestras sobre masculinidade e que conta com um público de mais de 300 mil seguidores/as em perfis de suas redes sociais. Essa pessoa foi alvo de críticas de mulheres ao aparecer em um vídeo relatando não ter aceitado o convite de uma mulher para consumir cerveja, uma vez que ele consumia outra bebida. Segundo ele, a atitude da mulher, interpretada como “dominadora”, visava testar os seus ideais masculinos. Esse indivíduo escreveu livros em que “denuncia” como os comportamentos femininos poderiam arruinar a vida do homem moderno. Iguais a esse perfil há muitos outros destinados a movimentar o debate masculinista<sup>2</sup> e a oferecer formação para os homens que estão dispostos a “despertarem” da opressão que acreditam viver. Embora o movimento masculinista possua dimensão transfronteiriça, no Brasil, sobretudo após a ascensão da extrema-direita ao poder político, o discurso da crise da masculinidade ganhou forma, tamanho, cor e muitas vozes. Características que ameaçam o direito e a liberdade das mulheres, bem como todas as suas conquistas.

Apesar disso, se, por um lado, a consulta ao Google não exprima o resultado de conhecimentos científicos críveis e de qualidade legitimada; por outro, pode-se destacar, ao menos de maneira hipotética, que, ainda assim, parte considerável do repertório se encontra disponível na forma de comunicações de pesquisas, além de acessível para consulta em bibliotecas, livrarias e museus virtuais. E, se a premissa de que as redes sociais e os magazines de circulação destinados ao grande público podem aproximar as pessoas e possibilitar trocas de saberes, intercâmbios culturais e produção de conhecimento, ainda que não contem com tan-

to prestígio acadêmico e social, essas ferramentas também podem inclinar o interesse sobre as masculinidades em direção a determinadas tendências, reposicionando os homens sobre os assuntos do momento. Para Nóbrega (2010),

[...] a mídia passa a ser um espaço – se não o primordial – em que diversos modelos de sujeitos e de posicionamento são ofertados às pessoas. [...] Dentro da mídia, as redes sociais [...] configuram-se como um cenário amplo em que é permitido construir e divulgar a – ou as, já que o plural revela-se sempre mais adequado para falar de identidade – concepção identitária que se deseja (NÓBREGA, 2010, p. 96).

Analisar a maneira como a masculinidade vem sendo retratada, apontando a não-politização do tema por parte de vários veículos de comunicação, pode indicar quais são as experiências sociais de masculinidades compartilhadas pelos brasileiros. Assim, mesmo que os conteúdos produzidos apresentem novas maneiras de ser homem e, embora tais conteúdos não estejam comprometidos, de fato, com a construção de políticas de masculinidades que pretendam equilibrar a estrutura de gêneros, deslocando e reorganizando as relações sociais de poder entre homens e mulheres, a sua circulação pode oferecer indícios sobre o que se tem entendido a respeito de uma “crise da masculinidade”. Medrado (1998) destaca, por exemplo, que:

Do ponto de vista do telespectador, as produções discursivas publicitárias ampliam o leque de repertórios disponíveis aos sujeitos, possibilitando a produção de novos sentidos e a construção de versões diversas sobre si próprios e sobre o mundo a sua volta (MEDRADO, 1998, p. 147).

Dessa forma, os discursos produzidos notadamente por e para os homens, construídos a partir de repertórios que circulam no imaginário social mais recente sobre a masculinidade, funcionariam como mecanismos de eficácia pedagógica. Eles educam. Incorporados pelo mundo social a partir da reprodução midiática, os discursos podem provocar o entendimento de que a legitimação de uma crise da masculinidade passa por uma institucionalização

2 A respeito do movimento masculinista e de sua conceitualização, Cf. Blais; Dupuis-Déri (2015).

consagrada de uma realidade sensível. Agindo no campo das subjetividades, sua consagração pode acontecer na discussão infinitesimal da reprodução da cena cotidiana social, em jogos de interações tanto objetivos como simbólicos, na forma de inculcação e de incorporação insensíveis, contribuindo para a formação de sujeitos de um determinado tipo, como ressaltou Sabat (2013):

Podemos considerar que a publicidade é um dos mecanismos educativos presentes nas instâncias socioculturais. Ela não só possui características como prazer e diversão, mas também educa e produz conhecimentos. Ao funcionar como um mecanismo que educa e produz conhecimentos a publicidade contribui para produzir identidades. Ela ajuda a “fazer” sujeitos de um determinado “tipo”. [...] As imagens produzem uma pedagogia, uma forma de ensinar as coisas do mundo [...]. A publicidade não inventa coisas, seu discurso, suas representações, estão sempre relacionadas com o conhecimento que circula na sociedade (SABAT, 2013, p. 150).

Ao endereçarem<sup>3</sup> mensagens sobre uma masculinidade em crise, sem questionar suas origens, sua edificação ou seus interesses, remetentes e destinatários, esses discursos tendem a reforçar os benefícios financeiros e simbólicos, criando nichos de mercado. O discurso da crise constrói, assim, o seu próprio nexo de causalidade: se estão em crise, os homens precisam se reinventar; se estão em crise, eles precisam consumir uma nova forma de ser homem no mundo moderno. Assentada na prateleira do senso comum, a crise, amplamente anunciada, pode ser apenas o exemplo de uma perfumaria barata. Dupuis-Déri (2012a) destaca que a compreensão histórica indica que, pelo menos no Ocidente, os homens alegam estar em crise não apenas desde as últimas cinco décadas, mas desde os últimos cinco séculos! Ao analisar especificamente três períodos (o

Séc. XVII na Inglaterra, a Revolução Francesa no Séc. XVIII e a passagem do Séc. XIX para o Séc. XX), o autor destaca como a recorrência do discurso é promissora. Tal discurso serviria para justificar a (re)afirmação de um tipo de masculinidade heteronormativa, que tentaria se estabelecer hegemonicamente como forma “real” de ser homem (DUPUIS-DÉRI, 2012a).

No entanto, atualmente, talvez um consenso nos estudos sobre masculinidades produzidos no Brasil seja o de que esse determinado tipo de masculinidade heteronormativa hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) funcionaria mais como uma configuração que busca legitimar a posição dominante dos homens na sociedade e que tenderia a justificar a subordinação das mulheres e de outras formas marginalizadas de ser e de estar homem<sup>4</sup>. Nessa concepção, a tentativa de normatização da orientação sexual heterorreferencial, nos termos de Connell (1995), exprimiria certo prestígio cultural, econômico e social. Apesar disso, ainda que um determinado tipo de masculinidade, dentro de um campo de correlações de forças em conflito e de interesses dispersos, possa ser definido como hegemônico, é importante salientar que a sua compreensão deriva de múltiplas formas de vivenciar e/ou de exercer a ordem prática das masculinidades. Formas que podem existir de maneiras conflitantes entre si, e mesmo no interior de cada experiência socializadora masculina. Formas que podem gerar rendimentos e benefícios, e que, igualmente, podem representar um alto custo social de existência.

O Atlas da Violência, por exemplo, indica que em 2017 o Brasil atingiu o seu maior nível intencional de letalidade. Uma realidade que evidenciou a quase unanimidade da participação masculina nesse cenário: do total de 65.602 casos notificados de homicídios, 94,4% foram praticados contra homens (BRASIL, 2019d, p. 06). Já os dados do Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), apontam que, no mesmo ano de 2017,

3 A expressão é utilizada a partir do conceito de Ellsworth (2001), tecido a respeito dos estudos sobre o Cinema. O termo se refere a algo presente no texto fílmico ou na produção midiática, e que, nesse contexto, agiria sobre os/as espectadores/as, sejam eles/elas idealizados/as, sejam reais. Os modos de endereçamento aconteceriam em algum lugar situado entre os espaços individual e social.

4 Cf. Silva; Silva (2019).

os homens representavam 96% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no país (BRASIL, 2019c, p. 27). Seguindo apontamento similar, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) revelou que a população privada de liberdade, também em 2017, era composta por cerca de 94,43% de homens (BRASIL, 2017, p. 11). Ou seja: além de vítimas, os homens são também os principais alvos de atos de violência, de criminalidade e de letalidade no país.

Os dados referentes à violência contra a mulher, no Atlas da Violência, indicam que houve um crescimento feminicídios no Brasil em 2017. Foram de cerca de 13 assassinatos por dia (BRASIL, 2019d). De acordo com o relatório, 4.936 mulheres foram mortas naquele ano. O maior número registrado desde 2007, configurando crescimento de 30,7% de homicídios de mulheres durante a década de 2007-2017. O Atlas indica ainda que 28,5% dos feminicídios ocorreram dentro da própria residência da vítima e que esses seriam, muito provavelmente, os casos de assassinatos decorrentes de violência doméstica (BRASIL, 2019d). Por fim, algumas ressalvas críticas. A primeira, a de que os dados podem, ainda, e infelizmente, estar subnotificados. A segunda, a de que a flexibilização da posse e do porte de armas de fogo no Brasil, estimulada pelo último governo, pode vulnerabilizar ainda mais a vida de mulheres em situação de violência (BRASIL, 2019d, p. 42). A simples leitura dessas estatísticas sinaliza a urgência de se considerar o gênero como uma categoria central nas políticas destinadas à segurança pública e à garantia dos direitos de crianças, mulheres, homossexuais, travestis e transexuais – maiores vítimas da masculinidade.

Tanto os homens como as masculinidades se inscrevem e estão inscritos em diferentes processos de socialização, mas também em maneiras dispersas de sociabilidade. Tais processo de socialização (re)produzem maior ou menor disposição para o trabalho e o diálogo, maior ou menor tolerância às próprias frustrações,

diferentes possibilidades de criação de laços afetivos e vínculos dos arranjos familiares, não se conformando completamente com os papéis sociais disponibilizados em nossa cultura. Igualmente, tampouco os sujeitos talvez se reconheçam integralmente com as imagens corporais masculinas padronizadas, ou se sintam completamente satisfeitos e plenamente reconhecidos em suas orientações sexuais, ou, ainda, acomodados e seguros a uma única forma específica e determinada de ser homem. Assim, a masculinidade gravitaria em torno de outros eixos interseccionais<sup>5</sup> como os de classe social, de corpo, de raça, de sexualidades e de território.

No entanto, como muitas vezes a realidade pode escapar dos modelos teóricos, a representação clássica (que de tão singular se apresenta *Sui generis*) não se sustentaria por si só. Salvo por um único objetivo: aquilo que motiva o interesse de existência de uma “masculinidade modelar”, heteronormativa hegemônica, é a manutenção da própria existência de um modelo. Obviamente o peso das estruturas sociais também violenta determinadas masculinidades subalternizadas, desviantes, distantes da homogeneização dos parâmetros daquilo que seria um “ideal” de homem ou de masculinidade<sup>6</sup>. Ideal projetado, desejado, perseguido, divulgado como passível de ser alcançado, reconhecido, valorado e autorreferenciado.

Ora, tentar conciliar ou subverter o atendimento das expectativas da masculinidade ideal, produzida por demandas normativas sociais da vida real, não é uma tarefa simples.

5 A interseccionalidade pressupõe compreender os fenômenos sociais de maneira multidimensional. Não se trata apenas de uma tentativa de apurar o peso ou a frequência de relativa importância de uma determinada categoria analítica específica (por exemplo, ou classe, ou gênero, ou raça) como a soma de diferentes camadas de análise, mas, antes, de compreender em que medida, na trama entre cada intersecção, configuram-se os aspectos estruturantes de modos de agir, de pensar, de ser e de estar no, e de representar o, mundo. A possibilidade de reconhecer as tramas sociais mais complexas que favoreceriam as reproduções das desigualdades materializadas em casos de exploração ou de opressão (CRENSHAW, 2004).

6 E, assim, homens solidários a modelos de opressões dos quais pouco ou nada lhes produz de rendimentos, tenderiam a se tornar também oprimidos por suas próprias opressões (BOURDIEU, 2017).

O anúncio de uma crise da masculinidade produz estereótipos eficazes, narrativas sobre “homens como os de antigamente” que se mantêm intactas. Uma imagem perdida e distante no tempo, como o retrato desbotado de uma época em que os homens eram potentes, viris, provedores e tinham no mercado de trabalho e na competitividade suas maiores referências, visto de um contexto em que os homens estariam fragilizados e “afeminados”. Homens que antes levavam o sustento para casa e que tinham no mercado do trabalho e na rivalidade as suas maiores referências e que agora se sentem oprimidos, desprestigiados e presos à paisagem doméstica. Homens para os quais a família e os aspectos reprodutivos nunca foram prioritários e que, agora, passam a ser cobrados por suas ações e escolhas. Homens que, de tão vigorosos e voltados para a esfera pública, orgulhar-se-iam de si mesmos por não terem que disputar e dividir com as mulheres, na vida privada, os cuidados dos/as outros/as – nem de si mesmos, nem de sua prole. É esse modelo específico de homem ideal que vivenciaria, então, uma crise. O homem “alfa”, “cabra macho”, conservador orgulhoso de si, o “homem de verdade” convicto de sua sexualidade, o “chefe da família” provedor que, repise-se, talvez, nunca tenha realmente existido em plenitude para todos, “agora”, estaria em risco.

Para e por alguns homens, a propalada crise é uma questão profundamente incômoda. Em parte, porque coloca questões cujas respostas não lhes são conclusivas. Em parte, porque os coloca diante de questões sobre as quais sequer desejam refletir. Questões como os aspectos sobre o corpo das mulheres, a sua autonomia sexual e o direito reprodutivo, os assédios moral e sexual, a importunação. Também questões sobre a igualdade de remuneração profissional e ainda temáticas sobre as quais os homens raramente têm que lidar no espaço público, tais como: respeito, segurança e igualdade de oportunidades.

A crise da masculinidade seria, então, o valor a ser pago no acerto de contas de homens que

não suportariam ser contrariados por terem como crença, infundada, que aquilo que possuíam como direitos, representaria, na realidade, uma confortável e útil zona de manutenção de sua dominação – ainda que uma zona realmente eficaz e bastante proveitosa apenas para uma pequena parcela deles, cujos rendimentos lhes estariam garantidos no mercado das masculinidades. É preciso, igualmente, considerar que os diversos discursos e as diversas imagens sobre as masculinidades circulantes em nossa sociedade, historicamente construídas sob a égide de uma contínua crise, norteiam as diferentes experiências que esses sujeitos estabelecem na relação com as mulheres, suas pautas e seus interesses. Assim, a construção das masculinidades tem sido, recorrentemente, marcada pela presença (ou pela ausência) da relação que os homens estabelecem com elas, com o(s) feminismo(s) e com tudo aquilo que pode representar uma identidade, uma estética feminina e/ou feminilidade performática.

## Estudos sobre as masculinidades: novos conceitos, velhas práticas?

Em texto fundante sobre a dominação masculina, Bourdieu (2017) realizou importantes provocações sobre a construção social das diferenças entre os homens e as mulheres. Para o autor, as diferenças historicamente construídas passaram a ser vistas como justificativas naturais para as desigualdades determinadas pelo sexo. Assim, parte das identidades masculinas tenderia a reproduzir uma compreensão – tanto teórica, pois localizada no campo das ideias, como de ordem prática e material, pois localizada no campo dos costumes – das mulheres, ou de um determinado tipo de identidade feminina, como parte de um espaço subalterno e em consonância com a dominação masculina. Na dinâmica da arena social, o patriarcado fabricaria tipos de masculinidades que reproduziriam estereótipos, estigmas e preconceitos

responsáveis por atos que poderiam variar da extrema omissão parental masculina, à opressão e à violência contra crianças, mulheres, homossexuais, travestis e transexuais. Assim, do mesmo modo em que as mulheres seriam submetidas a uma socialização de inculcação para uma condição de docilidade e de subalteridade, tornando-se exemplos da “bela, recatada e do lar”, os homens também aprenderiam a dominação e experimentariam a cultura do ódio e da violência contra todos/as e contra tudo o que pudesse representar uma ameaça à masculinidade ideal (BOURDIEU, 2017).

No Brasil, a emergência do campo especializado nos estudos sobre as masculinidades teve como um de seus principais marcos também a tradução do artigo “Políticas da masculinidade”, de Connell (1995). Apesar disso, a existência do interesse sobre a temática talvez possa ser reconhecida, ainda que de maneira incipiente, desde a década de 1970, a partir da publicação de “Sociologia da paternidade”, de Juritsch (1970). E, mais tarde, em 1987, outra obra marcaria definitivamente a introdução do tema e o seu interesse no país: o livro “O poder do macho”, de Saffiot (1987). Uma investigação profunda sobre a gênese dos estudos sobre masculinidades no Brasil, ainda por ser feita, talvez indicasse que os grupos de pesquisas e de trabalhos sobre as mulheres, criados em diversas universidades pelas feministas, tenham sido os verdadeiros responsáveis pela introdução e pela produção do interesse científico em ter os homens como objetos de análise. Guardadas as diferenças políticas, suas intencionalidades e seus objetos ou métodos de estudos, entre os grupos das intelectuais pioneiras, os trabalhos passaram não apenas a discutir teoricamente as desigualdades entre homens e mulheres, a partir de uma perspectiva de poder nas relações de gênero e entre os sexos, mas também a problematizar as desigualdades culturais, sociais, educacionais e econômicas, que marcam homens e mulheres; inaugurando, assim, um novo campo teórico de profunda densidade investigativa e política.

Ou seja, os estudos sobre masculinidades só puderam ganhar espaço após a inserção do campo de estudos de gênero no cenário acadêmico. E isso se deve ao trabalho metódico de muitas mãos de mulheres calejadas pelo ativismo e pela militância<sup>7</sup>. Como categoria

7 Diversas mulheres brasileiras, por meio de seus trabalhos na academia e/ou diretamente no ativismo e na militância sociais contribuíram (e ainda contribuem) também para a pavimentação e/ou para o desenvolvimento do campo dos estudos sobre masculinidades. Das pioneiras, às novas gerações que renovam o constante debate dos campos dos estudos de gênero, da história das mulheres ou dos feminismos, pessoas cujos nomes são de notório reconhecimento e as anônimas. Mulheres com diferentes formas de engajamentos, ações coletivas e solidárias nos campos das artes, das ciências, dos esportes ou da política, que fornecem ao Brasil a inspiração e as referências necessárias para a defesa dos direitos igualitários de e entre homens e mulheres. Entre muitos nomes possíveis, destacamos as contribuições de: Adriana Garcia Piscitelli; Alaíde Lisboa de Oliveira; Albertina de Oliveira Costa; Alcione Dias Nazareth; Ana Alice Alcântara Costa; Ana Maria de Araújo Freire; Ana Maria Machado; Ana Maria Ramos Estevão; Anita Leocádia Benário Prestes; Aparecida Sueli Carneiro; Arabela Pereira Madalena; Aracy Moebius de Carvalho Guimarães Rosa; Aurora Maria Nascimento Furtado; Benedita Sousa da Silva Sampaio; Bernadete Pacífico; Bernadette Grossi dos Santos; Bertha Maria Júlia Lutz; Cacilda Becker Iaconis; Camila Pitanga Manhães Sampaio; Carmen Barroso; Carmen Sílvia de Arruda Andalo; Cecília Benevides de Carvalho Meireles; Cecília Maria Bacellar Sardenberg; Célia Nunes Correa Xakriabá; Celina Guimarães Vianna; Chaya Pinkhasivna Clarice Linspector; Clara Charf; Clara Francisca Gonçalves Pinheiro; Cláudia Ribeiro; Clementina de Jesus da Silva; Dagmar Elisabeth Estermann Meyer; Daniela Auad; Débora Diniz Rodrigues; Deborah Thomé Sayão; Denice Barbara Catani; Dilma Vana Rousseff; Dionísia Gonçalves Pinto; Diva Moreira; Djamila Taís Ribeiro dos Santos; Dora Lúcia de Lima Bertúlio; Dora Vivacqua Luz Del Fuego; Dorothy Mae Stang; Dulce Chaves Pandolfi; Dulce Consuelo Andreatta Whitaker; Edna Maria Santos Roland; Efigênia Maria da Conceição Mametu Muiandê; Eleonora Menicucci de Oliveira; Eliane Marta Santos Teixeira Lopes; Elisa Lucinda Campos Gomes; Elke Grünupp Maravilha; Elza Gomes da Conceição; Elza Maia Costa Oliveira Freire; Eustáquia Salvadora de Sousa; Eva Fódor Nolding Todor; Eva Wilma Backup Zarattini; Flávia Millena Biroli Tokarski; Francisca Edviges Neves Gonzaga; Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg; Gabriela Silva Leite; Glaucia Vasques de Miranda; Guacira Lopes Louro; Helcimara de Souza Telles; Heleieth Iara Bongiovani; Helena Greco; Helenira Resende de Souza Nazareth; Heloísa Buarque de Hollanda; Henriqueta Lisboa; Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo; Ignez Magdalena Aranha de Lima Barroso; Inês Assunção de Castro Teixeira; Inês Barbosa de Oliveira; Iriny Nicolau Corres Lopes; Itelvina Maria Masioli; Ivone Gebara; Jandira Feghali; Jane Felipe de Souza; Jimena Furlani; Joana Maria Pedro; Josefina Álvares de Azevedo; Katemari Diogo Rosa; Léa Pinheiro Paixão; Leci Brandão da Silva; Leila Roque Diniz; Lélia de Almeida Gonzalez; Lia Zanotta Machado; Lúcia Maria Murat de Vasconcellos; Lu-

de análise privilegiada, o gênero se constituiu como uma referência dos estudos relacionais entre homens e mulheres, permitindo atenção às especificidades masculinas social e historicamente construídas, e aos seus efeitos, tanto sobre os homens, como sobre as mulheres. Construção social, os estudos sobre gênero produziram um debate ainda mais inclinado para as questões sociais e políticas, afastando-se da centralidade do determinismo biológico que o termo sexo carregava<sup>8</sup>. A definição dada por

cília de Almeida Neves Delgado; Lucília Regina de Souza Machado; Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos; Luiza Erundina de Sousa; Luiza Helena de Bairros; Luzia Margareth Rago; Macaé Maria Evaristo dos Santos; Magda Becker Soares; Manuela Pinto Vieira d'Ávila; Mara Coelho de Souza Lago; Márcia Angelita Tiburi; Márcia Lima; Márcia Regina Calderipe Farias Rufino; Margareth Martha Arilha Silva; Maria Amélia de Almeida Teles; Maria Antonieta Portocarrero Thedim Tônia Carrero; Maria Aparecida Gonçalves; Maria Aparecida Schumacher; Maria Beatriz do Nascimento; Maria Betânia de Melo Ávila; Maria Clara Machado; Maria da Conceição Evaristo de Brito; Maria da Conceição Tavares; Maria da Penha Maia Fernandes; Maria Diva de Faria; Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos; Maria do Socorro Jô Moraes; Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira; Maria Inês Pagliarini Cox; Maria Izilda Santos de Matos; Maria Lygia Quartim de Moraes; Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima; Maria Regina Azevedo Lisbôa; Maria Ruth dos Santos Escobar; Maria Suely Kofes; Maria Teresa Citeli; Marielle Francisco da Silva Franco; Marieta Severo da Costa; Marilena de Souza Chaui; Marilene Barbosa de Lima Felinto; Marília Pinto de Carvalho; Marisa Barletto; Marisa Cristina Vorraber Costa; Marisa Letícia Casa Lula da Silva; Marli Elisa Dalmazo Afonso de André; Marlise Miriam de Matos Almeida; Marlucy Alves Paraíso; Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy; Marta Vieira da Silva; Mary Garcia Castro; Mary Lucy Murray Del Priore; Mary Neide Damico Figueiró; Matilde Ribeiro; Michele Lopes da Silva Alves; Miriam Pillar Grossi; Miriam Chrystus Mello e Silva; Monique Prada; Nara Lofego Leão; Neuma Figueiredo de Aguiar; Neusa Santos Souza; Nilce de Souza Magalhães; Nilcéa Freire; Nilda Guimarães Alves; Nilma Lino Gomes; Nísia Trindade Lima; Norma Aparecida Almeida Pinto Guimarães d'Áurea Bengell; Olga Guitmann Benário Prestes; Patrícia Rehder Galvão; Rita Lee Jones de Carvalho; Rita Olivieri-Godet; Rosângela Janja Costa Araújo; Rose Marie Muraro; Rosely Gomes Costa; Rosemeire Nogueira Clauset; Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso; Sandra Cristina Malafaia Frederico de Sá; Silvana Vilodre Goellner; Solimar Carneiro; Sônia Maria Martins de Melo; Sônia Roedel; Susanna Lira; Teuda Magalhães Fernandes Bara; Thaís Velloso Cougo; Thereza Santos; Valeska Maria Fortes de Oliveira; Vera Maria Ferrão Candau; Vilma Maria dos Santos Reis; Yvonne Lara da Costa; Zuleika de Souza Netto Zuzu Angel.

8 Simone de Beauvoir publicou a obra “O Segundo Sexo”, em 1949, em dois volumes (Cf. Beauvoir, 1999; 2001). Trata-se de relevante texto dos estudos feministas e de gênero que defende justamente o argumento de que “ninguém

Scott (1995) foi fundamental nesse processo: ela possibilitou um entendimento mais amplo da categoria, considerando as relações sociais, os símbolos culturalmente disponíveis, os conceitos normativos, as instituições e a organização social como elementos inter-relacionados, que comporiam a definição de gênero e a sua relação política. Conforme definiu a autora,

o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, [...] as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p. 89).

Fenômeno social e ao mesmo tempo construção de campo científico-analítico, os estudos sobre masculinidades já partiam, originalmente, de uma problematização sobre a crise da masculinidade. Talvez, influenciados pelo movimento da segunda onda feminista e pelo crescente movimento homossexual, esses estudos se constituíram como um campo que avançou ao longo de todo os anos 1990 e pelas décadas seguintes (HEILBORN; CARRARA, 1998). Uma mirada alargada e exploratória dos estudos sobre masculinidades desenvolvidos no Brasil indica que as pesquisas que possuem como centralidade os homens e as masculinidades apresentam em comum o alto grau de consistência na busca da compreensão, da descrição e da explicação das masculinidades (SULZ; CARDOSO, 2016).

A partir dos anos 2000, o Brasil experimenta uma explosão numericamente representativa de estudos interessados nos homens. Organizados a partir de referenciais teóricos e procedimentos metodológicos diferentes, os trabalhos têm sido responsáveis por um constante revigoramento do campo de estudos sobre masculinidades. No entanto, apenas mais recentemente o predomínio do pensamento produzido pelos centros acadêmicos tradicionais tende a ceder lugar à interlocução com outros/as intelectuais, notadamente localizados/as na

nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1999, p. 09); ou seja, de que a identidade feminina não está associada ao sexo feminino, mas é, ao contrário, fruto de uma construção social de educação dos corpos.

periferia do tabuleiro internacional: trabalhos produzidos fora do eixo norte América-Europa passaram a dar maior visibilidade às noções mais locais e àquelas referentes às masculinidades latino-americanas, negras, periféricas ou transgressoras, como são os casos dos trabalhos desenvolvidos por Aguayo; Nascimento (2016); Albuquerque Júnior (2012); Andrade; Herrera (2001); Barduni Filho, 2017; Cáceres *et al.* (2006; 2011); Cardoso (2004); Miranda (2021); Miranda *et al.* (2023); Santos (2012); Silva (2022); Sulz (2020); Valdés; Olavaría (1998) e Viveros Vigoya (2018). Como característica dessa mistura autoral, metodológica e teórica, o próprio campo tem aproveitado, em seus estudos, do lugar da análise da mestiçagem e do hibridismo cultural.

## Crise da masculinidade, ofensivas antigênero e antifeminismo de Estado: uma Hydra moderna?

O discurso de uma crise da masculinidade acompanha, tanto no Brasil como em muitos outros países, movimentações políticas que bradam contra uma “ideologia de gênero” (sic)<sup>9</sup>; neologismo produzido pela extrema-direita conservadorista<sup>10</sup>, que não possui

9 A “ideologia de gênero” (sic), é preciso lembrar, é uma terminologia fabricada sem lastro conceitual científico. Razão pela qual optamos por utilizar a expressão entre aspas.

10 Adotamos a expressão “conservadorista” quando nos referimos aos grupos sociais que se autoidentificam como “conservadores”, mas que na verdade não guardam laço com as noções sociológicas de senso de conservação, ou de senso de tradição, no campo da Educação. Produzimos assim a distinção entre ajuntamentos relativamente novos no cenário político nacional, bastante oportunistas na forma como se autoneoiam, e a expressão do conservadorismo, na arena política. Ainda que, segundo Bobbio *et al.* (2000), o termo conservadorismo designe “ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras [...] reunindo os vários significados com que o termo é usado, [o que] lhe dá uma vida unitária fictícia.” (BOBBIO *et al.*, 2000, p. 242-43). Compreendemos os grupos conservadoristas como a costura dos movimentos ultraconservadores da extrema-direita neoliberal, cujos retalhos seriam os

qualquer vínculo com o que cientificamente se constituiu e que se consagrou como o profícuo campo de estudo de gênero. Sua fabricação é uma contraestratégia do Vaticano, na esteira da “IV Conferência Mundial de Mulheres”, realizada em Beijing, na China, no ano de 1995, para tentar neutralizar os movimentos feministas (CORRIDOR, 2019). Outros grupos conservadoristas, religiosos ou laicos, adotaram o termo, e, ao declararem lutar contra a “ideologia de gênero” (sic), o que fazem verdadeiramente é uma oposição aberta aos avanços em direção a uma maior equidade entre homens e mulheres, além da oposição à ampliação dos direitos da população LGBTQIA+ (AMORIM; SALEJ, 2016). Trata-se, portanto, de uma forma de manifestação antifeminista.

Como argumento discursivo, a ideia de uma “ideologia de gênero” (sic) nega a complexidade e a pluralidade de diferentes estudos dos campos das Ciências Sociais e Humanas que analisam e que se comprometem com as emancipações de homens e de mulheres. Seu aspecto reducionista visa justamente agir como uma forma de minar o vigor científico produzido pela academia. Felizmente, seus/suas defensores/as padecem ainda de relativo isolamento acadêmico. Essas pessoas não possuem trânsito, tampouco credibilidade, entre os pares realmente sérios e comprometidos dos campos de estudos de gênero, corpo e sexualidades, ou de estudos sobre masculinidades e dos estudos feministas. Distante de congressos e das publicações qualificadas, a fábrica mentirosa de discursos conservadoristas trabalha na divulgação de erros, cosmovisões equivocadas e senso comum, dialogando apenas entre seus/suas iguais, sem nenhum respaldo científico. A questão que talvez se imponha aos/às cientistas brasileiros/as é: até quando?

De caráter meramente especulativo, in-

movimentos supremacistas, neofascistas e neonazistas, neopentecostais e xenófobos. Além de opção semântica, a adoção do termo indica uma escolha política que denuncia a diferença entre senso de conservação, conservadorismo político e um mero agrupamento conservadorista que, sem nada efetivamente produzido, também nada realmente possui a conservar.

tencionalmente errôneo e anticientífico, com morada nos terrenos dos dogmas de fé, ainda que a ciência biológica possa muitas vezes ser utilizada como recurso de enquadramento dos corpos, e a ciência psicológica como recurso para o enquadramento comportamental, quando e da forma que lhes convém, uma premissa, talvez, precise ser ressaltada: se é verdade que ninguém sai de onde nunca entrou, talvez a última fronteira de resistência aos grupos conservadoristas sejam as universidades públicas, haja vista a disputa de narrativas já presente nas casas legislativas de todo o país<sup>11</sup>. Não por acaso, a base da produção científica tem sido tão duramente atacada no Brasil nos últimos anos, desde que instituído o golpe que, fantasiado de *impeachment* depôs justamente do cargo a única mulher democraticamente eleita Presidenta da República, Dilma Rousseff. Embora careça de densidade teórica, de profundo conhecimentos cultural, histórico e social, a ofensiva antigênero não se apresenta necessariamente nova, ainda que talvez faça uso de alguns recursos inovadores na tentativa de alcançar e de capturar cada vez mais pessoas.

Propagada por uma campanha compartilhada por setores ultraconservadores, notadamente de origem neoliberal, a efervescência do discurso antigênero mobiliza diversos atores, seja no cenário da política institucional, seja no cenário midiático e das redes sociais, em uma disputa por hegemonia política, repre-

sentação partidária e recursos financeiros, na tentativa não apenas de reconceitualização do campo dos estudos de gênero, mas também de disputa dos campos das Políticas Públicas e dos Direitos Humanos. Como projeto reacionário de poder, a retórica da ofensiva antigênero precisa ser compreendida como uma rede complexa, minuciosamente arquitetada e de caráter transfronteiriço que tenta minar no Brasil as conquistas sociais e as políticas públicas fundadas, sob grande pressão dos movimentos sociais, desde a redemocratização do país ocorrida em 1985 e do advento da Constituição Federal de 1988<sup>12</sup>. Conquistas que não se trataram de mera liberalidade ou concessão do Estado brasileiro, mas, antes, do resultado do engajamento de sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos assumidamente democráticos e progressistas.

Assim, talvez a ofensiva antigênero possa ser representada como uma Hydra moderna. Habitando o atoleiro da consciência coletiva, suas várias cabeças de serpente crescem e se regeneram, na constante e perversa tentativa de controlar, matar e devorar pessoas, subjetividades, desejos e fantasias. Considerar a ofensiva antigênero como uma questão real (CONNELL, 2016), tomando-a como um problema tanto simbólico como material de nosso tempo, tem sido um árduo trabalho para os/as acadêmicos/as socialmente comprometidos/as<sup>13</sup>. Os tentáculos da movimentação política ul-

11 Entre as várias maneiras de perseguição às universidades públicas, destacaram-se aquelas noticiadas pela imprensa e cujas práticas foram denunciadas por sindicatos e pelos movimentos estudantis nos últimos anos. Entre elas: o congelamento de salários dos/as servidores/as públicos/as e de verbas destinadas ao auxílio estudantil, a escassez de fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão, a contingência de recursos públicos destinados às despesas básicas para o funcionamento das instituições (visando a sua insolvência) e, sobretudo, a perseguição política e intelectual aos/às pesquisadores/as, professores/as e gestores/as. A despeito disso, cabe registrar a truculenta ação policial que, no âmbito da Operação Ouvidos Mucos, levou à morte o então Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Prof. Dr. Luiz Carlos Cancellier de Olivo, em outubro de 2017, acusado e preso injustamente por corrupção. Os/As responsáveis pela desastrosa e danosa atuação que expôs a reputação do Prof. Cancellier, ainda continuam impunes.

12 Igualmente, na contemporaneidade, também o conceito de gênero precisa ser compreendido e analisado em uma perspectiva global. Sobre essa questão, Cf. Connell; Pearse (2017).

13 Uma maneira habilidosa de combate à moderna Hydra antigênero tem sido a constante (re)organização de grupos de pesquisas e de trabalhos sobre estudos de gênero, corpo e sexualidades, sobre masculinidades e os estudos feministas em todo o Brasil. Ainda que uma arqueologia brasileira dos grupos de estudos sobre gênero precise ser feita, destacam-se com relevância as contribuições de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores/as de instituições como Universidade de São Paulo (USP); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

trarreacionária dessa Hydra são ora bastantes visíveis, ora menos perceptíveis entre aqueles/as que estejam fora da esfera conservadorista de sua reprodução. A Hydra moderna tenta se locomover por todos os lados, como serpente que, em movimento, aglutina ideias preconceituosas e criminosas, marcadamente sexistas, misóginas, homofóbicas e transfóbicas, mas também classistas e racistas. Para além de um trabalho de convencimento, na arena pública, da importância dos estudos de gênero, também é preciso um profundo esforço de desmistificação de invenções equidistantes da realidade como “*kit gay*” (sic), “*mamadeira de piroca*” (sic), “*gayzização do espaço escolar*” (sic), ou um estatuto da “*legalização da pedofilia*” (sic). É que as chamadas *fake news* caminham juntas, tentando pautar ainda o reconhecimento da união homoafetiva, a completa abolição do aborto ilegal, a liberdade religiosa manifestada por cultura afro-brasileira, ou ainda a manutenção das ações afirmativas e das políticas de cotas, bem como de outras garantias constitucionais como o direito dos povos tradicionais, quilombolas e ribeirinhos à terra.

Buscando gerar certo “pânico moral”, a retórica antigênero tenta esconder a disputa pela política, colocando em sua zona de ataque os direitos fundamentais das pessoas localizadas em grupos minoritários, a parte materialmente mais visível da sociedade em vulnerabilidade. Enfim, tentativas de criação de um pânico que envolvem a produção de uma naturalização de uma ordem moral, algo como a busca por um “éden perdido”, localizado em um passado distante, em que as mulheres teriam sido submissas aos homens e em que a sociedade funcionaria a partir de um padrão de operação binária entre os sexos. Um tempo, para alguns/algumas, realmente feliz, um tempo em que as coisas funcionavam. Um paraíso perdido que, tal como a saudosa masculinidade heterorreferenciada, talvez nunca tenha realmente existido. E ainda que a sua parcial existência pudesse ser reconhecida, ela teria gerado enormes ônus sociais. A partir das confluências de

interesses dos campos econômico e religioso, a ofensiva antigênero pode ser encarada como uma amálgama sem nenhuma razoabilidade que tenta articular pontos aparentemente diferentes e sem relação entre si<sup>14</sup>. As cabeças da Hydra se movimentam da esfera mais efêmera e particular da vida humana, às instituições mais sólidas e constitucionalmente forjadas na República.

Dissecar as estratégias dessa ofensiva, conhecer os seus discursos, seus/suas agentes e igualmente a produção de suas agências e de seus agenciamentos, é um movimento desafiador, uma vez que, ao contrário daquilo que se estabelece à luz de um Estado de Direito, ela se movimenta sorrateiramente às sobras da sociedade. Sua retórica busca justamente fazer uso de ferramentas institucionais e democráticas naquilo que se apresenta, se não totalmente nova, ao menos na contemporaneidade inovadora: avançar sobre as conquistas democráticas, em um claro afrontamento às conquistas dos direitos inalienáveis à pessoa. Um movimento antidemocrático surgido dentro do regime democrático, uma posição de cerceamento de direitos dentro de um estado constitucional, uma tentativa de produção de um antifeminismo a partir e de dentro do próprio Estado (JUNQUEIRA, 2022). Sobre isso,

14 Como tentativa de “depuração” ou de “cura” daquilo que os movimentos ultraconservadores entendem como depravação ou pecado, e fazendo uso apenas de parte de uma gramática da biologização do sexo e do corpo, ou da psicologização da sexualidade, a ofensiva antigênero reestabelece o *Modus operandi* para as bases do higienismo social para a sociedade do controle, de ordem moral castradora e punitivista. Tudo em nome de um (tipo) de deus, de um (único) modelo de família e de uma forma (específica) de patriotismo. E isso pode ocorrer como afirmação de “opinião”, de um “direito de liberdade de expressão”, ou ainda na forma de “brincadeiras”, “piadas” e “memes”. Quando contrariada e correndo o risco de ser legalmente responsabilizada, a ofensiva antigênero lança mão de recursos tão ilusionistas como a denúncia de censura, ou como a perseguição de uma falsa ordem mundial globalista – teoria conspiracionista segundo a qual haveria uma tentativa em curso de instituição de uma ditadura de esquerda em nível mundial. Obviamente, para ambos os casos, essas são maneiras delirantes de pseudoargumentação que não se sustentam, são estratégias discursivas adotadas por indivíduos/as que desejam agir à revelia da Lei para se manterem inimputáveis.

Dupuis-Déri (2020) afirma que o antifeminismo seria não um movimento, mas um “contra-movimento” (DUPUIS-DÉRI, 2020, p; 83) que poderia ser compreendido como:

todo gesto (ação ou discurso) individual e coletivo que busca frear, parar ou fazer recuar o feminismo – que é um movimento em direção à igualdade e à liberdade das mulheres frente aos homens -, o antifeminismo de Estado designaria, então, as ações pelos agentes e pelas agências de Estado para frear, parar ou fazer recuar as mobilizações do movimento feminista (no Estado ou fora do Estado) (DUPUIS-DÉRI, 2020, p. 85).

Quando tomou posse na Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro realizou uma reforma administrativa que extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secadi/MEC) sem transferir a maioria das suas competências para outra estrutura organizacional. Somente a alfabetização continuou a ter um lugar, mas com uma mudança radical na abordagem (BRASIL, 2019b; 2019a). Ocorre que a Secadi era a responsável, entre outros aspectos, pela transversalidade de gênero<sup>15</sup> no âmbito do MEC, assim como pela interface do Ministério com a agência nacional de políticas para as mulheres e com o organismo permanente de participação e controle social da sociedade civil na estrutura do Governo Federal no que concernia às políticas para as mulheres. Depois da reforma administrativa, o MEC passou a não contar mais com um órgão responsável por esse trabalho de articulação.

Um dos resultados imediatos da reforma administrativa do início da gestão Bolsonaro foi a completa ausência de política, programa ou ação do MEC específica para as mulheres: no portal do Ministério, uma busca pelas palavras-chave “gênero” e “feminismo” não con-

duzia a nenhum resultado depois do início do governo em 2019 (BRASIL, 2023). O ato inicial de Bolsonaro de extinção da Secadi levou à inação da estrutura central responsável pela gestão da educação básica e superior inativa face à agenda feminista. Essa ação pode ser considerada, então, por exemplo, uma ação antifeminista de Estado.

O antifeminismo de Estado, claro, é ele também bastante heterodoxo. E nisso talvez resida a sua insistência em existir. É que, de maneira geral, ele também conta com a contribuição de algumas mulheres (não feministas), bem como de neoliberais em defesa do Estado mínimo (ainda que desejem o socorro econômico governamental na forma de incentivos fiscais e/ou tributários), de pessoas negras em tese relativamente emancipadas (que denunciam a pauta dos movimentos negros como “vitimismo”) e mesmo de homossexuais “comportados/as” (contrários/as às lutas da comunidade LGBTQIA+). Em todos esses casos não parece coincidência que a agenda conservadora pulverizada guarde em si um projeto mais ou menos comum: a conquista do Estado para a transformação por seu interior, via modificação das direções e dos fluxos históricos das conquistas de políticas públicas. Assim, o antifeminismo de Estado se manifesta como um projeto político de poder e não se sustenta sem os/as seus/suas variados/as agentes e sem as suas diferentes formas de agenciamentos (DUPUIS-DÉRI, 2012b). Se, por um lado, os/as agentes não são apenas homens em crise; por outro, suas formas de agenciamentos circulam por discursos de ódio em variados suportes, de maneira anônima ou não. Nessa trama social, uma verdadeira batalha de narrativas age, produzindo categorias poderosas de mobilização política, que circulam com o mesmo vigor em espaços tão diferentes como os púlpitos de igrejas, os grupos de redes sociais ou as casas legislativas.

Talvez possa parecer mais óbvio hoje que movimentos supremacistas, neofascistas e neonazistas, sejam, majoritariamente, com-

15 A expressão transversalidade de gênero emergiu no contexto internacional dos movimentos feministas e de mulheres na “IV Conferência Mundial das Mulheres”, em Beijing (China, 1995). Para os governos, a transversalidade de gênero significa ir além da criação de um ministério ou de um secretariado específico para as mulheres, incorporando a perspectiva de gênero em cada estrutura do Estado e em todas as suas políticas, seus programas e suas ações (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013).

postos por homens brancos que empunham a bandeira da crise masculina; defensores de uma masculinidade que se afasta tanto do feminino como do feminismo. Rótulos e *slogans* genéricos operam como disposições de percepção e de classificação que representam o “outro” como uma ameaça. Ameaça à frágil sexualidade masculina, ao seu modelo de família, à pureza da infância, à liberdade de sua crença religiosa e de seu senso moral e, em última instância, ameaça à própria segurança nacional. Em resumo, ameaça a tudo o que for diferente de um homem branco, heterossexual, cristão e representante das frações da classe média. Agindo à revelia da Lei, mas em nome do direito da liberdade, falsas premissas de agentes desonestos/as acabam por reiterar práticas criminosas de homofobia, misoginia, racismo, sexismo e transfobia. Os maiores exemplos dessas práticas residem também na constante tentativa de patologização de práticas homoafetivas ou de expressão da transexualidade, além da defesa anticientífica e criminosa de terapias de reconversão sexual.

Atentos a esse cenário, em 2015, grupos de pesquisa e instituições de promoção de direitos civis, divulgaram no Brasil o documento intitulado “Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras”. O material destacava o repúdio à forma deliberadamente distorcida com que o conceito de gênero vinha sendo tratado nas discussões públicas no país e denunciava a tentativa de grupos conservadoristas em instaurar o pânico social, ao defenderem, abertamente e sem subterfúgios linguísticos, o banimento à noção de igualdade de gênero do debate educacional, ainda que o Brasil fosse signatário de diversos tratados internacionais de promoção da igualdade sexual e de gênero e de defesa e garantia dos direitos das mulheres<sup>16</sup>.

O ano de 2015 marcou assim o crescimento de discursos conservadoristas que ameaçavam (e que ainda continuam a ameaçar!) as

conquistas sociais promovidas nos tempos dos governos progressistas e democráticos do Partido dos Trabalhadores. Entre 2002 e 2015, os avanços puderam ser comprovados pela maior participação de mulheres, homossexuais, transexuais, negros/as e trabalhadores/as em diferentes esferas da vida social, seja na ocupação de novos postos no mercado de trabalho, seja na participação na vida universitária ou nos espaços públicos decisórios das representações políticas. Aspectos que o golpe de 2016 fez produzir sensíveis retrocessos.

A ascensão da extrema-direita ao poder político em 2018 favoreceu a experiência, por quatro anos, de um sopro autoritário de amarga lembrança dos tempos da ditadura civil-militar brasileira de 1964-1985. Tempo conservadorista e persecutório, em que toda uma geração de pessoas, de conhecimentos historicamente acumulados e de políticas públicas, esteve em risco. Dialeticamente, no entanto, se as condições políticas apontavam para freios e retrocessos, foi justamente nesse momento que os/as estudiosos/as, ativistas e militantes exerceram com maior determinação as diretrizes científicas e políticas nas investigações que buscavam manter as produções no campo dos estudos de corpo, gênero, sexualidades, masculinidades e feminismos. O conservadorismo político que então assolou o país e cujas prerrogações conservadoristas ainda hoje são incertas, obriga a comunidade científica brasileira (e democratas e progressistas em geral) a manter-se atenta e unida contra as retóricas da ofensiva antigênero.

## Pensamentos à guisa de conclusão

No Brasil, como em praticamente toda a parte do mundo ocidental, o feminismo provocou e interrogou os homens e as masculinidades ao lhes contradizer e ao denunciar a desigualdade entre os gêneros, muitas vezes tendo os homens como frutos ou representantes do patriarcado, ou mesmo beneficiários solidários

16 Cf. Cardoso; Ferrari (2016).

de seus rendimentos. Como pano de fundo, a justa manifestação pelos direitos e pelas relações equânimes passou a ser representada, no senso comum, como um efusivo combate, como uma verdadeira guerra dos sexos, contra instituições e pessoas que representavam a dominação masculina: os homens. Eles manifestam se sentirem acuados.

Foi a força propulsora e resistente do feminismo que pareceu lançar luz à sociedade sobre a existência de uma real crise, tão injusta e desigual, como perversa e persistente. Foram as mulheres e suas agendas políticas que passaram a incomodar certos homens e certos modelos de masculinidades, ao recusarem deliberadamente desempenhar o papel familiar ou sexual que lhes foi designado, quando passaram a transgredir as normas do sexo e a decidirem sobre seus corpos e as escolhas de seus/suas parceiros/as. Enfim, quando passaram a contestar, resistir e subverter um tipo de mundo que parece ter sido inventado por, para os e pelos homens.

Nessa perspectiva, a propagada crise da masculinidade, assim como os contramovimentos antigênero e antifeminista, constituiriam, antes de mais nada, uma reação conservadora aos feminismos e às suas conquistas, o efeito *backlash* – estratégia política da extrema-direita que lança mão dos discursos da crise da masculinidade, das retóricas antigênero e antifeminista, para ascender ao poder e nele tentar permanecer.

No que concerne à eleição presidencial de 2018, por exemplo, as mulheres constituíam uma das principais frentes de enfrentamento à extrema-direita. Na data de 29 de setembro de 2018, ocorreu a maior manifestação organizada pelas mulheres de toda a história do Brasil. Ela mobilizou centenas de milhares de pessoas em diferentes cidades em todo o país e também fora dele. A marcha, #EleNão, que começou em uma rede social, a partir da convocação publicada em página de mulheres unidas contra Bolsonaro e criada por uma mulher negra da Bahia, clamava contra o sexismo, a misoginia, o

neofascismo, o racismo e a LGBTfobia. Rapidamente, no dia seguinte à manifestação, imagens de mulheres nuas quebrando símbolos religiosos, muitas tomadas emprestadas de outras manifestações ocorridas fora do Brasil anos antes, começaram a circular nas redes sociais.

O exemplo da marcha #Elenão ilustra bem a força feminista existente no Brasil atual. Na contramão, também ressalta a fúria de um contramovimento antifeminista organizado e que age em paralelo ao movimento feminista. Não é surpreendente, então, que o antifeminismo tenha sido utilizado durante aquela eleição como estratégia política da extrema-direita e que a ofensiva antigênero tenha seja utilizada da mesma maneira durante toda a gestão de governo de homens...

... Em crise com a sua masculinidade!

Para a Profa. Dra. Inês Assunção de Castro Teixeira (UFMG).

Para o Prof. Dr. Luiz Carlos Cancellier de Olivo (UFSC).

*In memoriam.*

## REFERÊNCIAS

AGUAYO, Francisco; NASCIMENTO, Marcos. Dos décadas de estudios de hombres y masculinidades en América Latina: avances y desafíos. **Sexualidad, Salud y Sociedad**: Revista Latinoamericana (CLAM/IMS/UERJ), Rio de Janeiro, n. 22, p. 207-20, abr. 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Quem é froxo não se mete”: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 19, p. 173-88, jul/dez. 1999.

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário! A luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 22, p. 32-42, jul./dez. 2016.

ANDRADE, Xavier; HERRERA, Gioconda (Eds). **Masculinidades en Ecuador**. Quito: FLACSO/UNFPA, 2001.

- BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 35-46, jan./jun. 2013.
- BARDUNI FILHO, Jairo. **Masculinidades**: um jogo de aproximações e afastamentos, o caso do jornal estudantil O Bonde. 2017. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Trad. Sérgio Millet. 9. reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Trad. Sérgio Millet. 11. reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- BLAIS, MéliSSa; DUPUIS-DÉRI, Francis (Dir). **Le mouvement masculiniste au Québec**: l'antiféminisme démasqué. Montréal: Les éditions du remue-ménage, 2015.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. v 1. Trad. Carmen Varrile *et al.* 5. ed, Brasília/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Gustavo Sora. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen)**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/f9ebf1f1-8d27-4937-b330-f29b820dca87/resource/4d4c437e-c7c3-4640-b6c0-b1b566538208/download/dicionario-de-dados---junho-de-2017.pdf>. Último acesso: 05 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019**. Brasília: Presidência da República, [2019a]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Último acesso: 06 jan. 2023.
- BRASIL. **Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019**. Brasília: Presidência da República, [2019b]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm). Último acesso: 06 jan. 2023.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Portal do MEC**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Último acesso: 06 jun. 2023.
- BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SinaSE)**. Brasília, 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Último acesso: 05 jun. 2023.
- BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea). **Atlas da violência 2019**. Brasília/Rio de Janeiro/São Paulo, 2019d. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Último acesso: 05 jun. 2023.
- CÁCERES, Carlos F.; MOGOLLÓN, María Esther; PÉREZ-LUNA, Griselda; OLIVOS, Fernando (Eds). **Sexualidad, ciudadanía y Derechos Humanos en América Latina**: un quinquenio de aportes regionales al debate y la reflexión. Lima: IESSDEH/UPCH, 2011.
- CARDOSO, Frederico Assis. **A identidade de professores homens na docência com crianças**: homens fora de lugar? 2004. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CARDOSO, Frederico Assis; FERRARI, Anderson. Gêneros e sexualidades: desafios e potencialidade para a educação em tempos de conservadorismos. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 22, p. 01-05, jul./dez. 2016.
- CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Trad. Rev. Marília Moschkovich. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: nVersos, 2017.
- CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Trad. Felipe Bruno Martins Fernandes. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-82, jan./abr. 2013.
- CORREDOR, Elizabeth S. Unpacking “gender ideology” and the global right’s antigender counter movement. **Signs: journal of woman in culture and society**, Chicago, v. 44, n. 3, p. 613-38, spring 2019.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. Painel 1, p. 07-16. In: Seminário a intersecção das desigualdades de raça e gênero: implicações para as políticas públicas e os direitos humanos, 13 set. 2004, **Anais...** Rio de Janeiro/IBAM/UNIFEM/Consulado Geral dos Estados Unidos da América na cidade do Rio de Janeiro *et al.*, 2004.

**Cult.** São Paulo: Bregantini, a. 22, n. 242, fev. 2019.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **A crise da masculinidade:** anatomia de um mito persistente. Trad. Paulo Victor Bezerra. São Paulo: Blucher, 2022.

DUPUIS-DÉRI, Francis. Le discours de la « crise de la masculinité » comme refus de l'égalité entre les sexes: histoire d'une rhétorique antiféministe. **Revue Recherches Féministes**, Ville de Québec, v. 25, n. 1, p. 89-109, 2012a.

DUPUIS-DÉRI, Francis. Le discours des « coûts » et de la « crise » de la masculinité et le contremouvement masculiniste. In: DULONG, Delphine; GUIONNET, Christine; NEVEU, Érik (Dirs). **Boys don't cry!** Les coûts de la domination masculine. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012b.

DUPUIS-DÉRI, Francis. O antifeminismo de Estado. Trad. Marina Alves Amorim. Rev. Frederico Assis Cardoso. In: PARAÍSO, Marluce Alves; SILVA, Maria Patrícia (Orgs). **Pesquisas sobre currículos e culturas:** tensões, movimentações e criações. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020, p. 83-106.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Nunca fomos humanos:** nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 07-76.

GOOGLE INC. **Google.** Marca registrada da empresa de tecnologia *Alphabet*. Disponível em: google.com.br. Último acesso: 25 maio 2023 (Consultada apenas as páginas em português do Brasil. Dada a dinâmica própria dos dados disponibilizados pela ferramenta de busca, os números podem variar de acordo com a data da pesquisa).

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. Em cena, os homens... **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 370-75, 1998.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”:** um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

JURITSCH, Martin. **Sociologia da paternidade:** o pai na família e no mundo. Uma análise antropológica. Trad. João Baptista Quaini. Petrópolis: Vozes, 1970.

MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (Orgs). **Homens e masculinidades:** outras palavras. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998, p. 145-61.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica.** Trad. Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MIRANDA, Izabela de Faria. **Bravíssimo! abandona as ideia e chuta o balde:** olhares feministas sobre homens e masculinidades das juventudes socioeducativo 2021. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MIRANDA, Izabela de Faria; CARDOSO, Frederico Assis; ALCANTARA, Guilherme. **Masculinidade do bandido:** juventudes socioeducativo, entre hegemonia e subalternidade. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 24, n. esp. p. 83-95, abr./jun. 2023.

MOLÉNAT, Xavier (Coord). **La sociologie:** histoire, idées, courants. Auxerre: Sciences Humaines Éditions, 2009.

NÓBREGA, Livia de Pádua. A construção de identidades nas redes sociais. **Fragmentos de Cultura.** Goiânia, v. 20, n. 1/2, p. 95-102, jan./fev. 2010.

**Revista Veja.** São Paulo: Abril, a. 34, ed. 1714, n. 33, 22 ago. 2001.

**Revista Veja.** São Paulo: Abril, a. 36, ed. 1822, n. 39, 01 out. 2003.

**Revista Veja.** São Paulo: Abril, a. 37, ed. esp. 1868, n. 34, ago. 2004.

SABAT, Ruth. Gênero e sexualidade para consumo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 149-59.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Élcio Nogueira dos. **Amores, vapores e dinheiro:** masculinidades, homossexualidades nas saunas de Michê em São Paulo. 2012. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Trad. Guacira Lopes Louro. Rev. Tomaz Tadeu da Silva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Patrick dos Santos. **A construção da homossexualidade nos espaços escolares**: vivências e descobertas. 2022. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

SILVA, Luciana Aparecida Siqueira; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Masculinidades no contexto escolar: como a temática é abordada em artigos publicados em dossiês de periódicos nacionais. **Revista Diversidade e Educação**, Natal, v. 7, n. 2, p. 20-44, jul./dez. 2019.

SULZ, Juliana Albuquerque. **Papai no bolso e mamãe no coração?** Análises das configurações de práticas das paternidades contemporâneas. 2020. 160f. Dissertação (Mestrado Profissional em

Educação e Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SULZ, Juliana Albuquerque; CARDOSO, Frederico Assis. Educação e políticas de masculinidades: 15 anos das produções dos estudos de gênero (2000-2015). **Revista Ártemis**. João Pessoa, v. 22, p. 63-72, jul./dez. 2016.

VALDÉS, Teresa; OLAVARÍA, José (Eds). **Masculinidades y equidad de género en América Latina**. Santiago: FLACSO-Chile, 1998.

VIVEROS VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Trad. Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

*Recebido em: 31/08/2023*

*Aprovado em: 16/10/2023*

---

Artigo revisado por Cláudia Maria Rajão



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.